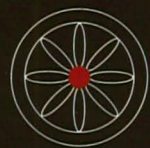


SANTARÉM



CARTA ARQUEOLÓGICA
MUNICIPAL



Ficha Técnica

Título

Santarém. Carta Arqueológica Municipal

Coordenação

António Matias

Revisão Editorial

António Matias

Helena Vicente

Inês Serafim

Textos

Ana Margarida Arruda

António Faustino Carvalho

António Matias

Catarina Viegas

Ellie Gooderham

Helena Santos

Hugo Cardoso

João Luís Sequeira

Lia Mergulhão

Marco Liberato

Maria Antónia Amaral

Olímpio Martins

Tânia Casimiro

Telmo Pereira

Cartografia e Desenho

Inês Serafim

Grafismo da Capa

Ah d'Ideias

Produção Gráfica

Ah d'Ideias

Impressão e acabamento

Tipotejo - Artes Gráficas, Lda.

Data de impressão

Setembro de 2018

Tiragem

600 exemplares

Depósito Legal

Nº 445623/2018

Propriedade e Edição

©2018 Município de Santarém

Praça do Município

2005-245 Santarém

www.cm-santarem.pt

Índice

06	Carta Arqueológica do Concelho de Santarém
07	1. Introdução
08	2. Arqueologia em Santarém
11	3. Legitimação
13	4. Enquadramento Geográfico e Administrativo
14	5. Enquadramento Natural
15	5.1. Clima
16	5.2. Unidades de Paisagem
18	5.3. Coberto Vegetal
20	5.4. Recursos Hídricos
21	6. Enquadramento Geológico e Geomorfológico
25	7. Enquadramento Histórico
34	8. Metodologias
34	8.1. Sistematização Prévia de Informação
35	8.2. Produção de Cartografia Digital
35	8.3. Organização da Informação
40	8.4. Prospecção Sistemática de Superfície
41	9. Resultados
47	10. Considerações Finais
49	11. Bibliografia
53	12. Cartografia
53	12.1. Carta Arqueológica
84	12.2. Carta de Restrições e Sensibilidade Arqueológica
85	Sínteses
86	Geossítios <i>Lia Mergulhão e Olímpio Martins</i>
94	O Paleolítico <i>Telmo Pereira</i>
104	A Pré-História Recente <i>António Faustino Carvalho</i>
112	A Idade do Ferro <i>Ana Margarida Arruda</i>
118	A época romano-republicana <i>Ana Margarida Arruda</i>
124	Breves apontamentos sobre o período romano imperial e a antiguidade tardia de Santarém <i>Catarina Viegas</i>
132	Uma imagem em construção: funções urbanas e materialidades em Santarém durante a Alta Idade Média <i>Marco Liberato</i>
140	A reafirmação da centralidade regional: séculos X-XII <i>Helena Santos e Marco Liberato</i>
148	Intervenção arqueológica no paramento Norte da muralha da barbacã do Castelo de Alcanede (Santarém) <i>Maria Antónia de Castro Athayde Amaral</i>
168	À mesa com as Donas. Faiança Portuguesa de uma lixeira conventual em Santarém (1640-1660) <i>Tânia Casimiro e João Luís Sequeira</i>
176	O Memorial de um Convento. Reconstrução dos padrões de Vida e Morte no Convento de S. Domingos de Santarém <i>António Matias</i>
194	Reflections on bioarchaeological research in Santarém <i>Ellie Goodheram e Hugo Cardoso</i>
232	Estrutura muralhada de Santarém. Síntese e avaliação do estado de conservação <i>António Matias</i>
	13. ANEXO DVD-ROM com as fichas de sítio da Carta Arqueológica do Concelho de Santarém

A época romano-republicana

Ana Margarida Arruda

UNIARQ/Centro de Estudos Clássicos
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
A.M.Arruda@letras.ulisboa.pt



Tal como aconteceu na Idade do Ferro, a época romana republicana está, na área do concelho de Santarém, muito bem documentada em dois sítios, concretamente nos Chões de Alpompe e no planalto sobranceiro ao Tejo onde, na Idade Média, se erguia a Alcáçova medieval, espaço que hoje corresponde ao Jardim das Portas do Sol. Ambos foram ocupados nos séculos II e I a.n.e., estando essas ocupações diretamente relacionadas com movimentações do exército romano, no contexto dos processos da conquista e da romanização do extremo ocidente peninsular.

Chões de Alpompe foi reconhecido como sítio arqueológico em meados do século passado, mas apenas em 2015 e 2016 foi alvo de escavação arqueológica autorizada, devidamente integrada num projeto de investigação. Esses trabalhos, que juntamente com outros colegas conduzi, permitem uma aproximação mais detalhada a este importante sítio do qual se conhecia já um abundantíssimo espólio metálico, lítico e cerâmico, resultante integralmente de recolhas ilegais, quase todas efetuadas com recurso a detetores de metais, e que se constituíram em verdadeiros saques.

A já longa biografia dos Chões de Alpompe foi há pouco tempo traçada (PIMENTA e ARRUDA 2014, com bibliografia), mas há novos dados entretanto recolhidos e publicados ou em vias de publicação que devem ser aqui devidamente valorizados. Em primeiro lugar, parece importante lembrar que o sítio foi sistematicamente associado à cidade onde Décimo Júnio Bruto estacionou o seu exército antes da campanha militar que conduziu no Noroeste peninsular em 138 a.n.e., associação que teve por base quer a cronologia dos materiais encontrados à superfície, quer as suas categorias específicas.

O elevado número de ânforas vinárias de proveniência itálica integráveis em modelos antigos (Greco-itálicas e Dressel 1 arcaicas, com cronologias de meados do terceiro quartel do século II a.n.e.), e, sobretudo,

os espólios metálicos que cabem na categoria dos *militaria*, como é o caso dos projéteis de chumbo para funda (as chamadas glandes), alguns de produção local e que são muito abundantes no sítio (FABIÃO, PEREIRA e PIMENTA, 2014, pp. 114-129), compaginam-se com uma instalação militar, por um lado, e com a presença, no vale do Tejo, do general romano conhecido por Galaico, por outro. Também o talude, bem conservado e construído com terra, que rodeia, em grande parte, o planalto (ARRUDA *et al.*, no prelo) acentua o carácter militar do sítio. O numeroso conjunto numismático, constituído por mais de 150 exemplares (RUIVO, 1999), revela, igualmente "... um momento de introdução / difusão / uso de moeda romana no ocidente em cronologia compatível com a notícia de Estrabão..." (FABIÃO, 2014, p. 14).



Figura 1 – O planalto dos Chões de Alpompe visto de Este

Assim, parece seguro que o planalto dos Chões de Alpompe foi usado para apoiar a "excursão" do Galaico ao Norte, o que não significa que não tenha sido utilizado no contexto de outros episódios bélicos posteriores, do primeiro quartel do século I a.n.e., concretamente os que se relacionam com as "guerras sertorianas". Como bem referiram outros autores antes de nós "...o seu abandono, parece ser pouco posterior a 81 a.C., e terá servido como guarda avançada de Metelo durante uma ofensiva realizada em 79 a.C. contra Sertório e

seus aliados e depois abandonado" (RUIVO *et al.* 2015, p. 141). Neste sentido apontam vários dos numismas encontrados no sítio, bem como outros materiais, concretamente algumas ânforas.

As mesmas categorias de materiais permitem avançar, ainda mais, a cronologia desta ocupação militar, para momentos finais do século I a.n.e., a que se pode associar o próprio topónimo, ALPOMPÉ, que, como disse já António Dias DIOGO (1982, p. 149), deve ser relacionado com um acampamento de Pompeu Magno, ou de seu filho Sexto Pompeu, no âmbito da guerra civil que opôs os membros proeminentes desta famosa família romana ao ditador Júlio César e da qual a Península Ibérica foi importante palco.



Figura 2 – Muralha em talude dos Chões de Alpompe

Os trabalhos de campo do século XXI evidenciaram a existência de uma ocupação proto-histórica indiscutível (ARRUDA *et al.*, no prelo, e neste mesmo volume "A Idade do Ferro no Concelho de Santarém"), o que, associado aos dados referentes à época republicana, permite assumir, sem preconceitos, que foi neste local que se localizou, Mórón, correspondendo os Chões de Alpompe ao sítio onde Décimo Júnio Bruto instalou o seu acampamento. Se o talude visível na planta publicada em 1968 por ZBYSZEWSKI, FERREIRA e SANTOS, destruído nos anos 80 do século XX na sequência da plantação do eucalipto que ainda hoje cobre o planalto, correspondeu ou não à separação física das duas realidades, como propôs Jorge de Alarcão (2002, p. 39), é uma hipótese aliciante que, contudo, não foi ainda possível confirmar, mesmo nos recentes trabalhos de campo.

Em artigo recentemente publicado (ARRUDA e VIEGAS, 2014), a ocupação republicana da Alcáçova de Santarém foi já descrita e avaliada no contexto da conquista e romanização do vale do Tejo. Tive então oportunidade de lembrar que, apesar de a grande maioria dos espólios republicanos ter sido encontrada em aterros de diversas épocas, especificamente medievais e modernos, alguns materiais foram identificados em níveis primários, associados ou não a construções, o que permite uma análise integrada das realidades que estão na origem dessa ocupação.

Houve então ensejo de escrever que os primeiros traços de urbanismo de características eminentemente romanas foram reconhecidos durante as escavações de 1999/2000 na área dos viveiros (*Ibidem*: 246), podendo ser datados entre o segundo e o terceiro quartéis do século I a.n.e.. Porém, o estudo dos materiais

e a própria análise das sequências estratigráficas observadas em vários setores permitem saber que os contactos entre as comunidades que habitavam o planalto sobranceiro ao Tejo e as populações de origem itálica aconteceram em momento mais recuado, especificamente na segunda metade/final do terceiro quartel do século II a.n.e.

«O processo de romanização do opidum pré-romano de Scallabis iniciou-se nos finais do século II»

Os espólios deste momento mais antigo são relativamente raros, incorporando algumas armas, como é o caso das glandes de chumbo (projéteis de funda) e mesmo pontas de lança de ferro. As ânforas são morfologicamente aproximáveis das encontradas nos Chões de Alpompe, evidenciando o consumo local de vinho itálico, mas também de azeite e de preparados de peixe norte-africanos, estes últimos igualmente com origem na baía de Cádiz (ARRUDA e ALMEIDA, 1999, 2001; BARGÃO, 2006). Alguns vasos cerâmicos itálicos (da região napolitana e da Etrúria) integraram a baixela de mesa, quer para comer quer para beber (ARRUDA e VIEGAS, 2002; ARRUDA e SOUSA, 2003; SORIA, 2013), sendo nesta última que se pode também incorporar a "concha" (*sipulum*) de bronze com que se servia o vinho e que tem a mesma origem (ARRUDA, VIEGAS e ALMEIDA, 2002, p. 154).

Pode, portanto, afirmar-se que o processo de romanização do opidum pré-romano de Scallabis se iniciou nos finais do século II a.n.e.. Os dados arqueológicos indicam que, mesmo não tendo havido

presenças efetivas, houve contactos regulares e relativamente intensos que só podem explicar-se através da instalação, nos Chões de Alpompé, do exército romano nestas mesmas cronologias. Ainda assim, a Alcáçova de Santarém ficou relativamente à margem das movimentações militares ocorridas no final do terceiro quartel do século II a.n.e., ao contrário do que se passou no sítio do Alviela, onde o general romano assentou um acampamento, e em Lisboa, que a mesma personagem, segundo Estrabão (3.III.1), fortificou.

«A importância que Santarém adquiriu durante o final da República não se esgotou no início do império»

Muito mais consistentes e abundantes são os materiais datados entre o segundo e o terceiro quartéis do século I a.n.e., que incorporam espólios abundantes, com origem na Península itálica, mas também, e sobretudo, da área da baía de Cádiz e do baixo Guadalquivir, quer no que se refere aos produtos alimentares envasados em ânforas quer no que diz respeito aos manufacturados. Estas evidências, registadas em diversos espaços escavados na Alcáçova (Jardim das Portas do Sol, Igreja de Santa Maria, Largo da Alcáçova 3-5, Avenida 5 de Outubro, parque de estacionamento) provam uma integração progressiva no mundo provincial romano, e podem ser relacionadas, uma vez mais, com processos diretamente conectados com episódios de natureza militar, concretamente com as guerras sertorianas primeiro (82-72 a.n.e.), com o pretorado de César na Ulterior, depois (61 a.n.e.) e, por último, com as guerras pompeianas da década de 40 a.n.e., que opuseram Júlio César aos filhos de Pompeu Magno.

A muito provável presença de populações itálicas ou provenientes de regiões já romanizadas contribuiu então para a edificação de construções de acordo com um traçado ortogonal tipicamente romano, como as que foram reconhecidas em 1999/2000 na área dos viveiros do Jardim. Relacionar esta arquitetura com a fundação da Colónia que Plínio referiu em 4.117 torna-se neste momento bastante plausível, com base na cronologia e no tipo de materiais que puderam recuperar-se em associação a essas mesmas construções. Por outro lado, estas mesmas realidades materiais foram recuperadas nos níveis subjacentes

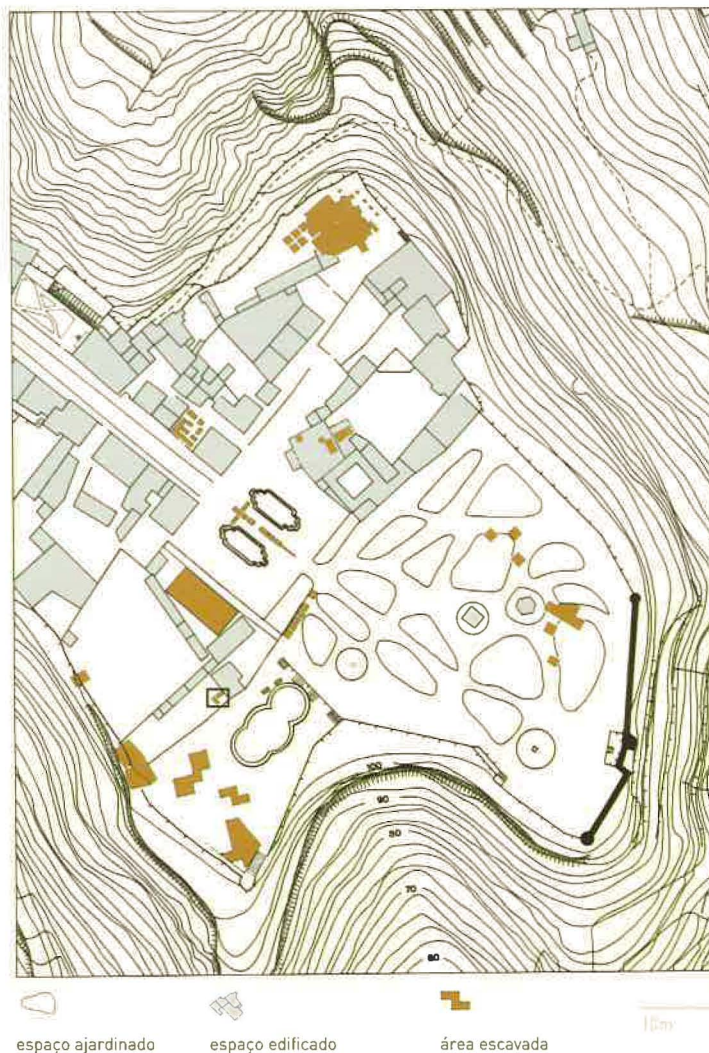


Figura 3 – As áreas escavadas na Alcáçova de Santarém

ao *podium* do templo escavado em 1994 e 1995 no Largo da Alcáçova 3-5 (ARRUDA e VIEGAS, 1999), e cuja construção foi balizada entre 48 e 27/25 a.n.e.

Neste contexto, parece impossível esquecer que essa referência atribuiu ao sítio a designação de *Scallabis Praesidium Iulium*, o que sugere a existência prévia de um acampamento, destinado não a uma legião, mas a uma simples *coorte* (ALARCÃO, 2002, pp. 38-39), estabelecido ou no contexto das chamadas guerras pompeianas, ocorridas entre 49 e 44 a.n.e., ou no pretorado de César na província da Ulterior, em 61 a.n.e.

Estas evidências *scallabitanas* são compatíveis com outras do vale do Tejo, muito especificamente com as que têm vindo a ser identificadas no Monte dos Castelinhos, em Vila Franca de Xira (PIMENTA, 2013).

Ao contrário do que sucedeu em Chões de Alpompé

e mesmo, aparentemente, no município de cidadãos romanos de *Olisipo*, a importância que Santarém adquiriu durante o v não se esgotou no início do império, muito pelo contrário, como os trabalhos de campo bem demonstraram. Mas essa outra história, contada neste mesmo volume por Catarina Viegas, não pode ser desvinculada da que lhe é imediatamente anterior.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (2002), "Scallabis e o seu território", in: *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: IPM/CMS, pp. 37-46.
- ARRUDA, A. M. e Almeida, R. (1998), "As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém", *Conimbriga*, 37, pp. 201-231.
- ARRUDA, A. M. e Almeida, R. (1999), "Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado. In *Economie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez; Viegas, C. (1999), "The Roman temple of Scallabis (Santarém, Portugal)", *Journal of Iberian Archaeology*, 1, pp. 185-224.
- ARRUDA, A. M. e Viegas, C. (2002), "A Alcáçova". In: *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: IPM/CMS, pp. 73-81.z, pp. 307-337.
- ARRUDA, A. M. e Almeida, R. (2001), "Importação e consumo de vinho bético na Colónia romana de Scallabis (Santarém, Portugal)". In *Ex Baetica Amphorae Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio romano*. Sevilha: Universidad, 2, pp. 703-716.
- ARRUDA, A. M.; Pereira, C.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Gomes, J.; Detry, C. (In prelo), "Chões de Alampé (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas", *SPAL*.
- ARRUDA, A. M. e Viegas, C. (1999), "The Roman temple of Scallabis (Santarém, Portugal)", *Journal of Iberian Archaeology*, 1, pp. 185-224.
- Arruda, A. M. e Viegas, C. (2002), "A Alcáçova". In: *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: IPM/CMS, pp. 73-81.
- ARRUDA, A. M. e Viegas, C. (2014), "Santarém durante a época romano-republicana", *Cira*, 3, pp. 242-255.
- ARRUDA, A. M.; Viegas, C.; Almeida, M. J. (2002), *De Scallabis a Santarém*. Lisboa, IPM/CMS.
- ARRUDA, A. M. e Sousa, E. (2003), "A cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6, 1, pp. 236-286.
- BARGÃO, P. (2006), *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época romano-republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de mestrado apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- DIOGO, A. D. (1982), "A propósito de "Morón". Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alampé (Santarém)". *Clio*, 4, pp. 147-154.
- FABIÃO, C. (2014), "Por este rio acima: conquista e implantação romana no ocidente da península ibérica". *Cira Arqueologia*, 3, pp. 9-24.
- FABIÃO, C., Pereira, T. e Pimenta, J. (2015), "Colecção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alampé - Santarém". *Cira Arqueologia*, 4, pp. 110-150.
- PIMENTA, J. e Arruda, A. M. (2014), "Novos dados para o estudo de Chões de Alampé (Santarém)". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, pp. 375-392.
- RUIVO, J. (1999), "Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alampé (Santarém)", R. Centeno, M. Garcia-Bellido e G. Mora (eds.), *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua: 101-110*. Porto (1997). Madrid: CSIC.
- RUIVO, J., Sales, P., Lourenço, S. e Barros, P. (2015), "O tesouro romano-republicano do Casal Ascenso Antunes (Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal)". *Conimbriga*, 54, pp. 133-156.
- SÓRIA, V. (2013), "Cerâmica de mesa em época tardo-republicana em Scallabis: o contributo da campaniense". In *Actas del I Congreso Internacional da SECAH (Cádiz, 2011). Monografías Ex officina hispánica* 1, II, pp. 246-269.
- ZBYSZWESKI, G., Ferreira, O. da V. e Santos, C. (1968), "Acerca do campo fortificado de Chões de Alampé (Santarém)". *O Arqueólogo Português*, III-2, pp. 49-57.